**Ministério da Educação**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**

**Balanço Geral do IFRS**

Demonstrações Contábeis Consolidadas do IFRS

**2º Trimestre/2019**

Bento Gonçalves, 2019

**DCONIFRS**

**REITOR**

Julio Xandro Heck

**PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO**

Tatiana Weber

**PRÓ-REITOR ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO**

Márcio Cristiano dos Santos

**DIRETORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Rosane Fabris

**Chefe do Departamento de Contabilidade**

Luiz Antônio Hining

**EQUIPE TÉCNICA – contadores**

Ademir Gautério Troina Junior

Cristiane Ancila Michelin

Elisangela Batista Maciel

Jane Marusa Nunes Luiz

Luciana Lopes de Freitas

Luis Fernando Espinosa de Farias

Magali Teresinha da Silva

Maicon Goulart Morales

Marinez Mauer

Patricia Kissner

Pedro Sergio Mendes Leite

Roberto Russell Fossati

Robson da Silva Telles

Tatiane Berenice Gómez

**Demonstrações contábeis**

Balanço Patrimonial





O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução 2019 em relação a 2018. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo IFRS, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeiro de qualquer entidade.



Conforme demonstrado no gráfico, o IFRS encerrou o 2º trimestre de 2019 com um ativo líquido da ordem de R$ 243 milhões.

**Ativo Líquido R$ 243**

Demonstração das Variações Patrimoniais



Balanço Orçamentário





Balanço Financeiro



Demonstração dos Fluxos de Caixa



**Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto no tocante a:

1. Caixa e equivalentes de caixa

Até a data de encerramento do exercício, os saldos dos depósitos e cauções em garantia não foram conciliados com extrato ou documento de controle que viabilizasse a conciliação, conforme determina o item 5.2.1 da macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício, do Manual SIAFI.

1. Créditos a curto prazo

Até a data de encerramento do exercício, os saldos de Salários e ordenados pagamento antecipado não foram conciliados com o sistema da folha de pagamento de forma que no final do exercício reflita apenas os adiantamentos concedidos e ainda não descontados, referentes ao exercício seguinte, conforme disciplina o item 5.2.4 da macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício, do Manual SIAFI.

Até a data de encerramento de exercício, não foram apresentados à esta setorial o(s) documento(s) de escrituração dos valores a receber em conta “clientes”, campus Bento Gonçalves, conforme determina o item 5.2.3.1 da macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício, do Manual SIAFI.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul autarquia da administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

1. **Balanço Patrimonial (BP);**
2. **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
3. **Balanço Orçamentário (BO);**
4. **Balanço Financeiro (BF);**
5. **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
6. **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
7. **Notas Explicativas.**

**Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

**Moeda funcional**

A moeda funcional é o Real.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

**Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

**Estoques**

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

**Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

**Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

**Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

**Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

* Método das cotas constantes;
* Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

**Depreciação de bens imóveis**

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

* Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
* Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
* Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

**Kd = (n2 – x2) / n2**, onde:

**Kd = coeficiente de depreciação**

**N = vida útil da acessão**

**X = vida útil transcorrida da acessão**

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

**Passivos**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

**Apuração do Resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

**Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

**Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

**Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**Notas explicativas das Demonstrações Contábeis**

**Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa**

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento. Os valores relativos aos Recursos Liberados pelo Tesouro evidenciam o pagamento da folha de pessoal que ocorreu no mês subsequente.



**Nota 2 – Créditos a Receber**

Os créditos a receber estão distribuídos:

1. Clientes;
2. Adiantamentos concedidos e;
3. Outros créditos a receber a curto prazo.

Percebe-se que ocorreu uma redução de 47% em 2019 dos Adiantamentos Concedidos e 6% dos Outros Créditos a Receber a Curto Prazo.



**Clientes**

São faturas de vendas a prazo realizadas pelo Campus Bento Gonçalves, anteriores a 2011 e 2012, cujo respectivo pagamento não foi realizado até 30/06/2019. Após 2012, não foi mais permitida a venda a prazo e a entrega das mercadorias acontece mediante apresentação do comprovante de pagamento.

**Adiantamentos Concedidos**

São adiantamentos concedidos: adiantamento de 13º salário, férias, salários e ordenados e suprimento de fundos, este último, aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que consiste na entrega de numerário a servidor para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesas, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos e valores limites definidos em Lei. Os adiantamentos de 13º salário e férias correspondem ao excedente das provisões acumuladas do duodécimo da folha de pagamento para as respectivas rubricas a pagar. Além disso, o servidor poderá também solicitar um adiantamento de salário, cujo valor dependerá da quantidade de dias de cada parcela, podendo corresponder até a 70% da remuneração. Porém, na folha de pagamento do mês subsequente ao de utilização das férias, esse valor será devolvido integralmente pelo servidor.

A tabela a seguir representa a composição dos Adiantamentos Concedidos no 2º trimestre.



Conforme evidenciado na tabela acima, os Adiantamentos de Férias representam 73% dos adiantamentos concedidos em 2019.

**Outros Créditos a Receber a Curto Prazo**

Refere-se a prestação de contas pendente dos recursos repassado e não utilizados por meio do Termo de Execução Descentralizada para o Instituto Federal Catarinense para a realização da V Jornada de Produção Científica da Educação Profissional na Região Sul, cujo prazo para prestação de contas venceu em 01/12/2018.

**Nota 3 – Estoques**

Os estoques no IFRS tiveram queda de 2% em 2019 e estão distribuídos conforme seguem:

1. Almoxarifado

O IFRS armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais em elaboração, em Almoxarifado, no total de 98% do total dos Estoques.



1. Materiais de Consumo – Estoque Interno Para Distribuir

Refere-se a canetas esferográficas com o objetivo de distribuição nas divulgações de processos seletivos, semanas acadêmicas e no acolhimento dos novos alunos do campus Feliz, com previsão de distribuição no exercício de 2019.

1. Mercadorias para doação

Saldo refere-se à estoque nas diversas Unidades do Órgão de gêneros alimentícios para merenda escolar destinada aos alunos.

**Nota 4 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente**

Esse grupo constitui despesas antecipadas a apropriar, cujo fato gerador ainda não ocorreu, tais como: prêmios de seguros da frota de veículos, acesso a banco de dados de normas técnicas e bibliotecas virtuais, assinaturas de jornais e anuidades de associações, impostos e taxas municipais e direitos autorais. Conforme composição da figura abaixo, a despesa antecipada com assinaturas e anuidades, como bibliotecas virtuais, representou 92% do total das variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente, totalizando R$ 111 mil.

**Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - composição 2º trimestre**



**Nota 5 – Ativo Realizável a Longo Prazo**

O Ativo Realizável a Longo Prazo do IFRS é composto pela Dívida Ativa Não Tributária, conforme segue:

**Dívida Ativa Não Tributária - composição 1º trimestre**



**Nota 6 – Imobilizado**

**Bens Móveis**

Os Bens Móveis do IFRS em 30/06/2019 totalizavam, pelo custo de aquisição, R$ 106 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R$ 25 milhões (24% do total). O grupo Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, laboratoriais e Hospitalares recebeu mais recursos nos últimos 2 trimestres (R$ 573 mil), seguido de Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina (R$ 413 mil).



**Bens Imóveis**

Os Bens Imóveis do IFRS, em 30/06/2019, totalizaram R$ 234 milhões e estão distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir.



Nos últimos 2 trimestres, os Imóveis de Uso Educacional somaram valorização de 6%, em maior parte, devido à conclusão das obras em andamento e correspondem, atualmente, à 85% do total de bens imóveis do IFRS. 7,8% do total de bens imóveis correspondem à obras que permanecem em andamento no segundo trimestre de 2019.

**Campus Porto Alegre**

Dos Bens Imóveis de Uso Educacional do IFRS, cerca de 19% correspondem ao edifício Ulbra Saúde Porto Alegre, de 10 pavimentos, sede da estrutura administrativa e de ensino do campus em Porto Alegre, doado pela União e avaliado em R$ 33,8 milhões.

**Campus Sertão**

Dos Bens Imóveis de Uso Educacional do IFRS, cerca de 15% pertencem ao Campus Sertão, avaliados em R$ 30,8 milhões, correspondente, principalmente, a fração de terra e mato destinada a agricultura, pecuária e benfeitorias: casas de moradias, oficina mecânica, garagem para veículos, marcenaria, lavanderia, depósito de veneno, alojamentos, oratório, refeitório, padaria, ginásio de esporte, prédio administrativo com salas de aula e laboratório, biblioteca com laboratório de informática, um prédio bloco A2 com 8 salas de aula, ambulatório, almoxarifado com posto de vendas, centro de artes culturas e integração, 9 salas de aula nos setores de agricultura e pecuária (agricultura I, II, III, zootecnia I, II, III, irrigação e drenagem e agroindústria), depósito de insumos, silo e beneficiamento de grãos, fábrica de ração, aviário de corte, aviário de postura, agroindústria (abatedouro, sala de vegetação e sala do leite ) suíno, ovino, cunicultura e central de inseminação de ovinos, aviário de corte experimento/ consumo da escola, sala de aula e laboratório fitopatologia e entomologia, prédio com salas de coordenação dos cursos superiores, salas de aula e administrativas dos cursos superiores, prédio do restaurante terceirizado, prédio com sala de aula licenciatura, centro de memória, guarita e pórtico de entrada curso superior, guarita e pórtico de entrada do prédio central.

**Nota 7 – Intangível**

O Ativo Intangível do IFRS, em 30/06/2019, totalizou R$ 1,3 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.



Entre os softwares com valores mais representativos no âmbito do IFRS, R$ 298 mil (23%) referem-se ao software de integração e simulação flexível de manufatura, adquirido pelo campus Restinga e, R$ 110 mil (9%) referem-se a licenças de uso do Windows 2010, para utilização nos computadores do campus Feliz, fornecidos pela Microsoft Informática LTDA.

O aumento de bens intangíveis no segundo trimestre de 2019 em relação ao exercício anterior foi de 0,07%. Na tabela a seguir, a evolução da amortização acumulada.



**Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais**

A tabela a seguir demonstra a composição das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais no IFRS.



Em sua maior parte, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, em 30/06/2019, correspondem a folha de pagamento do mês de junho, cujo pagamento ocorreu no mês de julho, diferentemente do mesmo período do exercício anterior, quando o pagamento ocorreu dentro do mesmo mês de referência.

**Nota 9 – Obrigações a Curto e Longo Prazo**

Em 30/06/2019, o IFRS apresentou um saldo de R$ 45,92 milhões de obrigações a curto e longo prazo, sendo 100% do total de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir.



A maior parte do passivo do IFRS com obrigações se refere a demais obrigações a curto prazo, que representam 94% do total. Destaque para Transferências Financeiras e Comprovar – TED.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Na tabela a seguir, são listadas as Unidades Gestoras com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar a curto prazo na data base de 30/06/2019. O Campus Bento Gonçalves e o Campus Osório destacam-se entre as Unidades com os maiores saldos a pagar (respectivamente 15% e 11% do total a ser pago).

O saldo da conta fornecedores e contas a pagar em 30/06/2019 diminuiu em aproximadamente 14% em comparação a 30/06/2018. O Campus Bento Gonçalves que nesta data tem o maior saldo a pagar na ordem de R$ 405 mil, foi responsável por um acréscimo de R$ 74 mil nesta obrigação, cuja composição no 2º trimestre é listada na tabela a seguir. Alguns Campi experimentaram também um aumento em relação ao trimestre anterior, entretanto, o montante daqueles que experimentaram uma diminuição foi superior, resultando ao final do trimestre um total de menos R$ 432 mil nesta obrigação.





 (a) Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/06/2019, 305 fornecedores possuíam créditos com o IFRS. Desse total, 22 fornecedores (7,21%) representaram 49% do saldo dessa obrigação, apresentados na tabela adiante, totalizando R$ 2,63 milhões do saldo total dessa conta.



(a) EXPRESSAO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP: Pelos serviços de adequação ao PPCI do Campus Osório;

(b) UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA: Pela locação de parte do prédio da TECNOPUC como prédio sede do Campus Viamão;

(c) EXPRESSAO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP: Pelos serviços de adequação ao PPCI do Campus Bento Gonçalves;

(d) INCONFIDÊNCIA LOCADORA DE VEÍCULOS E M.OBRA LTDA: serviços de limpeza e conservação no Campus Porto Alegre.

(b) Demais Obrigações a Curto Prazo

Em comparação ao período anterior, o IFRS registrou aumento de R$ 41.659.466,91 nas demais obrigações a curto prazo, equivalente a 2.552%, em razão de compromissos assumidos pela própria manutenção das atividades fins do IFRS e, especialmente, transferências financeiras a comprovar - TED, que passaram a ser registrados no Passivo a partir do Exercício de 2019 em contrapartida ao registro de Ativo na UG Descentralizadora, conforme demonstrado na tabela de composição abaixo.



 (a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente na folha de pagamentos dos servidores ou nos pagamentos referente a compras de bens ou serviços constituindo, na sua maior parte, em 30 de junho, empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros, bem como retenções de parcelas de consórcios, retidos em folha de pagamento

(b) Depósitos e cauções recebidos

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações.

(c) Indenizações, restituições e compensações

Compreende indenizações a pessoal ativo, inativo e CDT em folha de pagamento, restituição de valores a servidores nos Campus Rio Grande e Viamão conforme processos transitados através do SCDP pendentes de pagamento ao final do segundo trimestre.

(d) Diárias a Pagar

Compreende o montante de diárias a pagar no âmbito do IFRS.

(e) Incentivo a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

(f) Auxílio Financeiro a Pesquisadores

Compreende os valores a serem pagos a título de auxílio a diversos pesquisadores nos Campus Porto Alegre e Erechim.

(g) Valores em Trânsito e Exigíveis

Compreende os valores devolvidos relativos a contribuições ao FUNPRESP na Reitoria e ainda valores a pagar referente a suprimento de fundos nos Campi Canoas, Osório, Feliz e Porto Alegre.

(h) Obrigações Com Entidades Federais

Compreende as obrigações com pagamento de pessoal (salário, vale alimentação, encargos sociais) de empregados cedidos ao IFRS – campus Erechim e campus Sertão, pela Eletrosul, relativo 03,04 e 05/2019.

g) Transferências financeiras a comprovar

Compreende apropriações e pagamentos de recursos orçamentários e financeiros transferidos através de TED – Termo de Execução Descentralizada, de diversos Órgãos, para serem aplicados no IFRS em projetos específicos.



**Nota 10 – Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA’s) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD’s).

As VPA’s são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 30/06/2019 foi deficitário em R$ 48,9 milhões e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.



Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve um decréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Até o segundo trimestre de 2018, o resultado foi positivo em R$ 15,4 milhões, ao passo que, no mesmo período de 2019, o resultado foi déficit em R$ 48,9 milhões, implicando em um decréscimo na ordem de R$ 64,3 milhões. Dentre as principais variações, destacam-se:

I. Aumento dos gastos com Pessoal e encargos no montante de R$ 15,36 milhões (9,60%);

II. Aumento dos gastos com Benefícios Previdenciários e Assistenciais em R$ 761 mil (5,26%);

III. Aumento na Desvalorização de Ativos (Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos) em R$ 54,40 milhões (917,28%), especialmente em razão do registro de Transferências Financeiras a Comprovar – TED, que impactou em R$ 40,25 milhões e;

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:



Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos o resultado positivo com o item Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R$ 14,93 milhões, (6,73%), pelo repasse da Secretaria de Planejamento e Orçamento, correspondentes ao orçamento anual, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, e a diminuição na Valorização e ganhos com Ativos (Reavaliação de Bens Imóveis e Desincorporação de Passivos), equivalente a R$ 10,64 milhões, (-36,87%). Quanto as Outras VPAs, correspondem a Exploração e Venda de Bens, Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras e Outras VPAS, em que pese terem comportamento positivo de aproximadamente R$ 325 mil, foram diluídos pela variação negativa do item Valorização e Ganhos com Ativos.

Isto posto, conclui-se que, até junho/2019, houve um decréscimo do resultado patrimonial, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, equivalente a R$ 64,3 milhões, impactado principalmente pelas contas de Desvalorização e perda de ativos, e deficitário no total do Resultado Patrimonial em R$ 48,9 milhões.

Os grupos relacionados ao desempenho valorativo de ativos (Valorização e Ganhos com Ativos e Desvalorização e Perda de Ativos), quando associados (Resultado Valorativo de Ativos), apresentaram um decréscimo na ordem de 284%, o que representa uma diminuição do resultado em cerca de R$ 65 milhões.

Abaixo, encontram-se as tabelas comparativas do resultado valorativo de ativos apurados até junho/2019, comparados ao mesmo período do ano anterior, bem como das variações comparativas relacionadas aos períodos mencionados.





O item do Resultado Valorativo de Ativos mais relevante está relacionado à Reavaliação de Bens Imóveis, no montante de R$ 13,1 milhões até o segundo trimestre de 2019. Tais valores são demonstrados por Unidade Gestora na figura que segue e correspondem, em quase totalidade, conclusões das obras em andamento, objeto de reavaliação dos bens imóveis.

Reavaliação de Bens Imóveis por UG

Fonte: SIAFI, 2019

Houve, também, diminuição nas VPD’s tributárias, Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, na ordem de 28%, com destaque para Taxas Inter OFSS, com decréscimo de 51%, correspondendo a R$ 25 mil, conforme a tabela a seguir.



Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram variação negativa com impacto no Resultado Patrimonial do IFRS, na ordem de 6%. Conforme demonstrado a seguir, estão diretamente relacionadas à Auxílio à Pesquisadores, no montante de R$ 69 mil, com variação decrescente na ordem de 85%, equivalentes a R$ 407 mil. Outras VPDs tiveram crescimento em relação ao mesmo trimestre do período anterior, porém com modesta repercussão.



Na tabela a seguir, apresenta-se a distribuição de Auxílios a Pesquisadores, por Unidade Gestora do IFRS.



**Nota 11 – Resultado Orçamentário**

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o segundo trimestre de 2019 as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R$ 822 mil, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R$ 399 milhões.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas correspondeu a 89% da dotação atualizada, no exercício de 2019, lembrando que, até o segundo trimestre, 50,28% desses empenhos já haviam sido realizados.

A realização de receitas até o segundo trimestre alcançou 90,40% da previsão atualizada de arrecadação em razão da concentração da arrecadação de receitas de inscrições em concursos e processos seletivos e receita agropecuária neste primeiro trimestre. Já as despesas em que pese representarem valores bem mais expressivos em termos monetários na ordem de R$ 201 milhões, refletem uma execução equilibrada atingindo a metade dos compromissos assumidos que montam R$ 399 milhões.

Receitas

As receitas realizadas até o segundo trimestre de 2019, em comparação com as do mesmo período de 2018, estão distribuídas nas seguintes categorias, conforme demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:



Comparando-se as receitas realizadas até o segundo trimestre de 2019 com o mesmo período de 2018, percebe-se uma evolução de aproximadamente 123% na arrecadação de receitas correntes.

A evolução observada importa em aproximadamente R$ 453 mil, afetando positivamente o desempenho da arrecadação que pode ser demonstrada conforme tabela abaixo:



Analisando o comportamento da Receita, percebe-se que a variação verificada resulta, principalmente, pela arrecadação de Receita de Serviços e Receita Agropecuária, cujos acréscimos foram respectivamente de R$ 274 e R$ 150 mil. As demais Naturezas de Receitas exploradas pelo IFRS também experimentaram acréscimos que somados atingem R$ 30 mil.

Conforme evidenciado na tabela anterior, cerca de 46% das receitas arrecadadas até o segundo trimestre de 2019, ou seja, R$ 380 mil, refere-se à realização de Receita de Serviços, onde se destaca a arrecadação proveniente de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos, recolhidos pela FAURGS, relativos a processos de seleção iniciados no exercício de 2018.

A segunda maior origem desta categoria econômica no trimestre é decorrente da arrecadação de Receita Agropecuária, relativa a Receita da Produção Vegetal e Receita da Produção Animal e Derivados os quais montam a quantia de aproximadamente R$ 324 mil. Pela tabela anterior, pode ser percebido que, até o segundo trimestre de 2019, a arrecadação da Receita de Serviços aumentou em cerca de R$ 274 mil em relação ao mesmo período de 2018, evidenciando um acréscimo de aproximadamente 258% nesta fonte.

Na tabela a seguir, é evidenciada a composição da arrecadação de Receita de Serviços, tendo como base os fatos geradores desta arrecadação.



Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

Como explanado anteriormente, o empenho de despesas no período em análise montou a quantia aproximada de R$ 399 milhões, enquanto que no mesmo período de 2018, tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R$ 377 milhões.

Semelhante ao quarto trimestre de 2018, contribuiu de forma preponderante para este número o empenho de despesas correntes, o qual perfaz praticamente 100% de toda despesa empenhada no período, grande parte em razão de que até este segundo trimestre de 2019 só houve liberação de 10% do orçamento próprio, considerando o montante estimado para Investimentos no exercício, o que corresponde a R$ 1,08 milhões, conforme evidenciado na tabela a seguir:



As despesas correntes empenhadas com maior preponderância no universo da referida categoria econômica referem-se ao grupo de natureza da despesa intitulado “Pessoal e Encargos Sociais”, o qual montou a quantia aproximada de R$ 352 milhões.



Segundo informações extraídas do SIAFI, o grupo de natureza da despesa “Pessoal e Encargos Sociais” é constituído dos seguintes elementos de despesa:



Pela tabela acima, percebe-se que o grupo de natureza da despesa “Pessoal e Encargos Sociais” teve um crescimento de cerca de 8% até o segundo trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, evidenciando uma evolução no empenho de despesas da ordem de R$ 27 milhões, destacando-se os vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil (aumento de R$ 20 milhões), Obrigações Patronais – Operações Intra-Orçamentárias (aumento de R$ 1,2 milhões), Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar (aumento de R$ 3,7 milhões) que perfazem, também, o grupo de despesas com maior participação no rol de empenhos de Pessoal e Encargos Sociais, conforme evidenciado no gráfico abaixo:

**Venc. e Vantagens Fixas, Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias e Aposentadorias do RPPS, Res. Remunerada e Ref. Militar.**

 Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

A variação total das três naturezas de despesas supracitadas soma R$ 25,5 milhões, equivalente a 94% da variação verificada no total do grupo Pessoal e Encargos Sociais.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, observa-se um decréscimo de aproximadamente R$ 2,21 milhões equivalendo a menos 4%, quando comparado como o mesmo período do exercício anterior. Destacam-se as despesas com Auxílio-alimentação Civis, cujos empenhos no período somaram R$ 11,10 milhões, Bolsas de Estudo no País R$ 6,12 milhões, Ressarcimento de Assistência Médica/Odontológica R$ 3,69 milhões e Vigilância Ostensiva/Monitoramento/Rastreamento R$ 3,41 milhões, que somam 51,46% do total empenhado e que correspondem às maiores despesas do período em valores absolutos. Por outro lado, podemos destacar também algumas despesas que tiveram a maior variação percentual no período, como por exemplo, Material de TIC, variação percentual de 389%, pelo empenho de materiais consumíveis de TI, Serviços de Seleção e Treinamento, variação percentual de 332%, pelo empenho de diversos cursos de capacitação para o servidor com destaque para o congresso de pregoeiros, instalações hidráulicas de combate e incêndios e 3º encontro de pesquisadores e extensionistas, Serviços Técnicos Profissionais, variação percentual de 243%, principalmente pelo empenho de serviços de intérprete de libras no IFRS, serviços de engenharia para elaboração do PPCI- Plano Prevenção e Combate a Incêndios no IFRS, e elaboração de laudo ambiental para o Campus Rolante, comparados com o mesmo período do exercício anterior, conforme observado na tabela que segue:



 Ainda em relação às despesas, quanto aos Investimentos, percebe-se que o empenho de despesas com Obras em Andamento montou o valor de R$ 155 mil, equivalentes a 40%, do total empenhado das despesas de capital no exercício, pelo empenho conclusão prédio acadêmico Campus Canoas R$ 73 mil, implantação do PPCI – Plano de Prevenção e Combate a Incêndios no Campus Avançado Veranópolis no valor de R$ 58 mil, e aditivo ao contrato de construção do acesso e implantação do Campus Rolante no valor de R$ 23 mil. Podemos destacar também os valores aplicados em Instalações no montante de R$ 69 mil, equivalentes a 18% de toda a despesa de capital empenhada no período em questão, correspondentes ao valor aplicado pelo Campus Bento Gonçalves em instalações e readequações do PPCI-Plano de Prevenção de Combate a Incêndios que monta R$ 43 mil, e pelo empenho do valor referente a estrutura da passarela destinada ao Campus Erechim, no montante de R$ 26 mil, constituindo-se nos dois principais investimentos no período. Comparado ao mesmo período do exercício anterior, constatamos um decréscimo no grupo de Investimentos que montam R$ 2,26 milhões, o que corresponde a menos 85%, que se justifica em parte, conforme já citado anteriormente, pela liberação de apenas 10% do orçamento de investimentos previstos para o exercício, conforme demonstrado na tabela que segue:

